

IELS nº 126 – 06/07/2022

Legislação Federal

Portaria MCTI-GM nº 6.087, de 04/07/22 DOU de 06/07/22 p.22 – seção 1 – nº 126 – Institui, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, o Programa Cidades Olímpicas da Ciência MCTI.

Portaria MEC-CAPES nº 127, de 01/07/22 DOU de 06/07/22 p.127 – seção 1 – nº 126 – Institui o Programa de Apoio ao Processo de Internacionalização de Instituições de Ensino e de Pesquisa Brasileiras - PAPRI.

Portaria MS-GM nº 2.257, de 04/07/22 DOU de 06/07/22 p.159 – seção 1 – nº 126 – Altera o inciso II, do art. 1º, da Portaria GM/MS nº 2.356, de 4 de setembro de 2019, que define o período para a realização da Etapa Nacional da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.

Resolução MS-CNS nº 674, de 06/05/22 DOU de 06/07/22 p.160 – seção 1 – nº 126 – Dispõe sobre a tipificação da pesquisa e a tramitação dos protocolos de pesquisa no Sistema CEP/Conep.

Resolução Normativa MS-ANS nº 540, de 05/07/22 DOU de 06/07/22 p.164 – seção 1 – nº 126 – Altera a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória do medicamento antineoplásico oral Hemifumarato de Gilteritinibe para o tratamento de Leucemia Mielóide Aguda (LMA) recidivada ou refratária com mutação no gene FLT3 (tirosina quinase 3 semelhantes à FMS).

Resolução MS-ANVISA-RDC nº 707, de 01/07/22 DOU de 06/07/22 p.164 – seção 1 – nº 126 – Dispõe sobre as Boas Práticas em Tecidos humanos para uso terapêutico.

Resolução MS-ANVISA-RDC nº 708, de 01/07/22 DOU de 06/07/22 p.171 – seção 1 – nº 126 – Dispõe sobre as mudanças pós-registro de medicamentos fitoterápicos e de produtos tradicionais fitoterápicos.

Resolução MS-ANVISA-RDC nº 710, de 01/07/22 DOU de 06/07/22 p.182 – seção 1 – nº 126 – Dispõe sobre a melhora da técnica legislativa e revogação de normas inferiores a Decreto editadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, componentes da quinta etapa de consolidação, Pertinências temáticas MEDICAMENTOS em observância ao que prevê a Portaria nº 488/GADIP-DP/ANVISA, de 23 de setembro de 2021 e o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Resolução MS-ANVISA-RDC nº 718, de 01/07/22 DOU de 06/07/22 p.191 – seção 1 – nº 126 – Dispõe sobre o registro, alterações e revalidações de registro dos medicamentos probióticos.

Resolução MS-ANVISA-RDC nº 721, de 01/07/22 DOU de 06/07/22 p.195 – seção 1 – nº 126 – Dispõe sobre o registro, a renovação de registro, as mudanças pós-registro e a notificação de medicamentos dinamizados industrializados.

Resolução MS-ANVISA-RDC nº 724, de 01/07/22 DOU de 06/07/22 p.205 – seção 1 – nº 126 – Dispõe sobre os padrões microbiológicos dos alimentos e sua aplicação.

Resolução MS-ANVISA-RDC nº 728, de 01/07/22 DOU de 06/07/22 p.217 – seção 1 – nº 126 – Dispõe sobre as enzimas e as preparações enzimáticas para uso como coadjuvantes de tecnologia na produção de alimentos destinados ao consumo humano.

Resolução MS-ANVISA-RDC nº 730, de 01/07/22 DOU de 06/07/22 p.223 – seção 1 – nº 126 – Dispõe sobre a avaliação do risco à saúde humana de medicamentos veterinários, os limites máximos de resíduos (LMR) de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal e os métodos de análise para fins de avaliação da conformidade.

Instrução Normativa MS-ANVISA nº 158, de 01/07/22 DOU de 06/07/22 p.224 – seção 1 – nº 126 – Dispõe sobre a produção de lotes-piloto de medicamentos.

Instrução Normativa MS-ANVISA nº 161, de 01/07/22 DOU de 06/07/22 p.235 – seção 1 – nº 126 – Estabelece os padrões microbiológicos dos alimentos.

Instrução Normativa MS-ANVISA nº 162, de 01/07/22 DOU de 06/07/22 p.238 – seção 1 – nº 126 – Estabelece a ingestão diária aceitável (IDA), a dose de referência aguda (DRfA) e os limites máximos de resíduos (LMR) para insumos farmacêuticos ativos (IFA) de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal.

Instrução Normativa MS-ANVISA nº 90, de 27/05/21 DOU de 06/07/22 p.263 – seção 1 – nº 126 – **Republicação** - Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiografia médica convencional, e dá outras providências.

Instrução Normativa MS-ANVISA nº 91, de 27/05/21 DOU de 06/07/22 p.264 – seção 1 – nº 126 – **Republicação** - Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança de sistemas de fluoroscopia e de radiologia intervencionista, e dá outras providências.

Instrução Normativa MS-ANVISA nº 92, de 27/05/21 DOU de 06/07/22 p.264 – seção 1 – nº 126 – **Republicação** - Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança de sistemas de mamografia, e dá outras providências.

Instrução Normativa MS-ANVISA nº 93, de 27/05/21 DOU de 06/07/22 p.265 – seção 1 – nº 126 – **Republicação** - Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de tomografia computadorizada médica, e dá outras providências.

Instrução Normativa MS-ANVISA nº 94, de 27/05/21 DOU de 06/07/22 p.266 – seção 1 – nº 126 – **Republicação** - Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiologia odontológica extraoral, e dá outras providências.

Instrução Normativa MS-ANVISA nº 95, de 27/05/21 DOU de 06/07/22 p.267 – seção 1 – nº 126 – **Republicação** - Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de radiologia odontológica intraoral, e dá outras providências.

Instrução Normativa MS-ANVISA nº 96, de 27/05/21 DOU de 06/07/22 p.268 – seção 1 – nº 126 – **Republicação** - Dispõe sobre requisitos sanitários para a garantia da qualidade e da segurança em sistemas de ultrassom diagnóstico ou terapêutico, e dá outras providências.

Legislação Estadual

Portaria CEPAP nº 7, de 04/07/22 DOE de 06/07/22 p.127 – seção 1 - nº 131 – Extingue as Comissões relacionadas.

Portaria ILSL nº 24, de 04/07/22 DOE de 06/07/22 p.128 – seção 1 - nº 131 – Reorganiza a COMSAT – Comissão de Saúde do Trabalhador.

OBSERVAÇÕES:

O **Informe Eletrônico de Legislação em Saúde** (IELS) é um serviço de disseminação seletiva de informação de legislação em saúde e áreas afins, elaborado a partir da publicação de atos normativos oficiais referentes aos Governos Federal, Estadual (São Paulo) e município de São Paulo, com o objetivo de divulgar diariamente esse conteúdo.

O Centro de Documentação da SES/SP é responsável apenas pela elaboração e divulgação do IELS e não tem nenhuma responsabilidade sobre os conteúdos aqui divulgados, assim como não possui quaisquer informações adicionais às publicadas.

Dúvidas ou questionamentos, devem ser direcionados diretamente aos órgãos responsáveis pela emissão dos atos normativos.

Expediente:

Elaborado pelo Centro de Documentação da Coordenadoria de Controle de Doenças/SES-SP

Seleção de Conteúdo: Lílian Nunes Schiavon, Alessandra Valéria D’El Rei

Elaboração: Alessandra Valéria D’El Rei

E-mails de contato: iels@saude.sp.gov.br; ctd@saude.sp.gov.br

Telefones: (11) 3065-4701 / 3066-8117

Outras Opções de Acesso à Legislação Base de Dados LEGSES-SP: <http://tc-legis2.bvs.br> (dados até 2017)

Base de Dados LEGSES-SP: <https://ses.sp.bvs.br/leisref> (dados a partir de 2018)

Para outras informações de legislação em saúde, acesse <https://ses.sp.bvs.br/vhl/legislacao-em-saude/>

Para acesso a outras fontes de informação em saúde, acesse a **BVS Rede de Informação e Conhecimento**